

HABEAS CORPUS Nº 570.655 - SP (2020/0079869-5)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
IMPETRANTE : MARIO ANDRE BADURES GOMES MARTINS
ADVOGADO : MARIO ANDRE BADURES GOMES MARTINS - SP208682
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : CELSO DE MELLO VALENTE (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, com pedido de liminar, impetrado em benefício de CELSO DE MELLO VALENTE contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (Apelação n. 0000334-39.2018.8.26.0540).

Infere-se dos autos que o paciente foi condenado, juntamente com outros réus, pela prática dos delitos tipificados nos arts. 33, caput, e 35, caput, da Lei n. 11.343/2006, c/c o art. 69 do Código Penal (tráfico de drogas e associação para o tráfico), às penas de 9 anos de reclusão, em regime inicial fechado, bem como ao pagamento de 1.300 dias-multa, vedado o direito de recorrer em liberdade.

Irresignada, a defesa interpôs apelação perante o Tribunal de origem, o qual negou provimento ao recurso, em acórdão que restou assim ementado, *in verbis* (fl. 54):

Apelação. Crimes de tráfico de drogas, semeio, cultivo ou colheita de plantas que se constituem em matéria- prima para preparação de drogas e associação para o tráfico. Recursos defensivos buscando a absolvição dos três réus por falta de provas ou a desclassificação para o artigo 28 da Lei de Drogas. Impossibilidade. Autoria e materialidade comprovadas. Conjunto probatório robusto, suficiente para sustentar o decreto condenatório, nos moldes em que proferido. Grande quantidade de droga e de plantas apreendidas. Penas básicas dos dois primeiros crimes corretamente fixadas acima dos patamares mínimos. Condenação pelo crime de associação para o tráfico que impede a aplicação da causa de diminuição de pena prevista no artigo 33, § 4º, da Lei nº 11.343/2006. Descabimento da substituição da pena privativa de liberdade por restritivas de direitos. Penas e regime inicial fechado mantidos. Cassação da decisão de perdimento do bem imóvel. Recurso dos réus Rafael e Celso não providos. Recurso do réu Flávio parcialmente provido.

No presente *mandamus*, a defesa alega que o paciente sofre

constrangimento ilegal, porquanto preso desde o dia 18/02/2018, por prisão preventiva confirmada em sentença e acórdão condenatórios.

Sustenta, em síntese, que a condenação não pode prosperar, pois amparada somente nas provas colhidas na investigação, em violação ao art. 155 do CPP.

Diz que está custodiado na Penitenciária de Guarulhos/SP, e nos termos da recomendação n. 62 do CNJ, a qual estabelece medidas preventivas à propagação da infecção pelo novo coronavírus - Covid 19, no âmbito dos sistema de justiça penal e socioeducativo, devem ser reavaliados os casos de prisão.

Requer, assim, em liminar e no mérito, diante da falta de fundamentação na decisão guerreada, a concessão da liberdade, ou a substituição por medidas cautelares, ou ainda a prisão domiciliar.

É o relatório.

Decido.

Diante da hipótese de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, a impetração sequer deveria ser conhecida segundo orientação jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal e do próprio Superior Tribunal de Justiça. Contudo, considerando as alegações expostas na inicial, razoável o processamento do feito para verificar a existência de eventual constrangimento ilegal.

No caso, ao menos em juízo perfunctório, não é possível identificar de plano o constrangimento ilegal aventado ou, ainda, a presença do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, elementos autorizadores para a concessão da tutela de urgência.

Confundindo-se com o mérito, a pretensão deve ser submetida à análise do órgão colegiado, oportunidade na qual poderá ser feito exame aprofundado das alegações relatadas após manifestação do *Parquet*.

Por tais razões, **indefiro o pedido de liminar.**

Oficie-se à autoridade coatora, bem como ao juízo de primeiro grau a fim de solicitar-lhes as informações pertinentes, a serem prestadas, preferencialmente, por meio eletrônico, e o envio de senha para acesso ao processo no *site* do Tribunal, se for o caso.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.

Publique-se.

Superior Tribunal de Justiça

Intimem-se.

Brasília, 03 de abril de 2020.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator